SÊNIOR
Auditores e Consultores

CONCRETO BEM REAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA

CNPJ: 59.090.507/0001-26

(Administrado pela ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
(CNPJ: 16.695.922/0001-09)

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis

Exercício findo em 28 de fevereiro de 2026 e período de 11 de fevereiro de 2025 (data do início das atividades) a 28 de fevereiro de 2025

SÊNIOR
Auditores e Consultores

Maringá – PR, 28 de maio de 2026.

Aos
Administradores e Cotistas do
CONCRETO BEM REAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA
CNPJ: 59.090.507/0001-26
(Administrado pela ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
São Paulo – SP

Prezados Senhores,

Encaminhamos, por intermédio da presente, para apreciação e análise de Vs. Sas., **Relatório dos Auditores Independentes,** sobre as demonstrações financeiras levantadas em 28 de fevereiro de 2026.

Colocamo-nos à disposição de Vs. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente,

AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

SÊNIOR
Auditores e Consultores

CONCRETO BEM REAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA
CNPJ: 59.090.507/0001-26
(Administrado pela ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Em 28 de fevereiro de 2026

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, 4 a 7

Demonstração da posição financeira, 8

Demonstração do resultado do exercício, 9

Demonstração das mutações do patrimônio líquido, 10

Demonstração dos fluxos de caixas, 11

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis, 12 a 34

SÊNIOR
Auditores e Consultores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Cotistas do
CONCRETO BEM REAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA
(Administrado pela ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **CONCRETO BEM REAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA**, que compreendem a demonstração da posição financeira em 28 de fevereiro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas para o exercício findo na mesma data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **CONCRETO BEM REAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA** em 28 de fevereiro de 2026, o desempenho de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Análise dos direitos creditórios do Fundo

Em 28 de fevereiro de 2026, o Fundo CONCRETO BEM REAL FIDC possuía 99,77% do seu patrimônio líquido representado por aplicações em direitos creditórios. Devido ao fato desse ativo ser um dos principais elementos que influenciam o Patrimônio Líquido e o reconhecimento de resultado do Fundo CONCRETO BEM REAL FIDC, no contexto das demonstrações financeiras como um todo, esse assunto foi considerado como significativo para nossa auditoria.

b) Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com o objetivo de avaliar a adequação da propriedade e custódia dos investimentos, nosso escopo resumido de auditoria foi o seguinte:

- Obtenção da composição dos investimentos (carteira) e confronto com os seus respectivos registros contábeis;
- Inspeção física por amostragem dos documentos que comprovem os lastros dos ativos investidos pelo Fundo;
- Análise da carteira e estoque de direitos creditórios, contemplando a provisão para perdas de créditos, valor presente dos direitos creditórios, etc.;
- Análise dos relatórios dos lastros dos direitos creditórios;
- Análise da avaliação adotada para os investimentos em 28/02/2026; e
- Avaliação das divulgações efetuadas nas notas explicativas às Demonstrações Contábeis do Fundo.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados e nos resultados obtidos, consideramos que os processos adotados pela Administradora são apropriados com relação ao lastro dos investimentos realizados, no contexto das demonstrações financeiras do Fundo tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras comparativas

As demonstrações financeiras compreendem aquelas relativas ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2026 e ao período de 11 de fevereiro de 2025 (data de início das atividades) a 28 de fevereiro de 2025 e, em razão do início das atividades no período, não são apresentadas informações comparativas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Fundo é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração do Fundo pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimentos em direitos creditórios e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável, dentro das prerrogativas previstas pela legislação da CVM, pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
  O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração do Fundo.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não devesse ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá – PR, 28 de maio de 2026.

AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

Demonstração da posição financeira
Em 28 de fevereiro de 2026 e de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	28/02/2026	% sobre o patrimônio líquido	28/02/2025	% sobre o patrimônio líquido
Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	**1.151**	**1,84**	**-**	**-**
Disponibilidades	219	0,35	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	932	1,49	-	-
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	**-**	**-**	**2.043**	**8,15**
Cotas de fundos de investimento	**-**	**-**	**2.043**	**8,15**
Renda fixa	-	-	2.043	8,15
Direitos creditórios (Nota 5)	**62.199**	**99,77**	**23.089**	**92,16**
Com aquisição substancial dos riscos e benefícios (Nota 5.b)	**55.581**	**89,15**	**23.089**	**92,16**
Direitos creditórios a vencer	55.324	88,74	22.438	89,56
Direitos creditórios vencidos	367	0,59	810	3,23
(-) Provisão para perdas no valor recuperável (Nota 5.g)	(110)	(0,18)	(159)	(0,63)
Sem aquisição substancial dos riscos e benefícios (Nota 6.b.ii)	**6.618**	**10,62**	**-**	**-**
Direitos creditórios a vencer	6.618	10,62		-
Outros valores	**337**	**0,53**	**-**	**-**
Direitos creditórios a liquidar (Nota 6.h)	287	0,46	-	-
Outros créditos a receber	48	0,07	-	-
Despesas antecipadas	2	-	-	-
Total do ativo	**63.687**	**102,14**	**25.132**	**100,31**
Passivo				
Valores a pagar	**1.342**	**2,14**	**78**	**0,31**
Resgate de cotas a pagar	720	1,15	-	-
Amortização de cotas a pagar	253	0,41	4	0,02
Taxa de gestão	164	0,26	28	0,11
Impostos a recolher	99	0,16	-	-
Taxa de performance	83	0,13	-	-
Taxa de administração	21	0,03	6	0,02
Auditoria e taxa de custódia	2	-	-	-
Taxa de consultoria	-	-	40	0,16
Total do passivo	**1.342**	**2,14**	**78**	**0,31**
Patrimônio líquido	**62.345**	**100,00**	**25.054**	**100,00**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**63.687**	**102,14**	**25.132**	**100,31**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercício findo em 28 de fevereiro de 2026 e período de 11 de fevereiro de 2025 (data do início das atividades) a 28 de fevereiro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Composição do resultado do exercício/período	28/02/2026	De 11/02/2025 a 28/02/2025
Direitos creditórios (Nota 5)	**24.556**	**472**
Rendimentos de direitos creditórios (Nota 5.e)	24.507	631
Provisão para perdas no valor de recuperação (Nota 5.g)	49	(159)
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	**833**	**5**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**13**	**-**
Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez	13	-
Cotas de fundos de investimento	**820**	**5**
Reconhecimento de ganhos	820	5
Demais despesas	**(3.047)**	**(76)**
Taxa de performance (Nota 11)	(1.464)	-
Taxa de gestão (Nota 11)	(883)	(28)
Taxa de consultoria (Nota 11)	(493)	(40)
Taxa de administração (Nota 11)	(144)	(6)
Auditoria e taxa de custódia	(19)	(2)
Despesas do sistema financeiro	(18)	-
Despesas jurídicas e advocatícias	(14)	-
Taxa de fiscalização CVM	(9)	-
Outras despesas	(3)	-
Resultado do exercício/período pertencente aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido	**22.342**	**401**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Exercício findo em 28 de fevereiro de 2026 e período de 11 de fevereiro de 2025 (data do início das atividades) a 28 de fevereiro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

	28/02/2026	De 11/02/2025 a 28/02/2025
Patrimônio líquido no início do exercício/período	**25.054**	**22.640**
Representado por 23.120,056290 cotas subordinadas a R$ 1.017,460472 cada	23.524	-
Representado por 2,029559 cotas mezanino I a R$ 100.514,467960 cada	204	-
Representado por 13,196933 cotas sênior I a R$ 100.477,893272 cada	1.326	-
Emissão inicial representado por 22.616,569630 cotas subordinadas a R$ 1.000,000000 cada	-	22.617
Emissão inicial representado por 0,030000 cotas mezanino I a R$ 100.000,000000 cada	-	3
Emissão inicial representado por 0,195000 cotas sênior I a R$ 100.000,000000 cada	-	20
Resultado do período pertencente aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido	**22.342**	**401**
Cotas emitidas (Nota 9.b)	**5.660**	**2.017**
Representado por 3.098,349508 cotas subordinadas	2.803	-
Representado por 503,970441 cotas mezanino I	302	-
Representado por 29.511,641731 cotas mezanino III	(1.363)	-
Representado por 30,197293 cotas mezanino IV	100	-
Representado por 1.742,776752 cotas mezanino V	1.755	-
Representado por 3.275,803067 cotas sênior I	1.963	-
Representado por 99,620000 cotas sênior III	100	-
Representado por 503,486660 cotas subordinadas	-	510
Representado por 1,999559 cotas mezanino I	-	201
Representado por 13,001933 cotas sênior I	-	1.306
Cotas resgatadas (Nota 10.c)	**(5.106)**	**-**
Representado por 1.557,668157 cotas subordinadas	(1.668)	-
Representado por 12,897517 cotas mezanino I	(13)	-
Representado por 2.434,733568 cotas mezanino III	(2.472)	-
Representado por 7,762851 cotas mezanino IV	(860)	-
Representado por 14,040575 cotas mezanino V	(14)	-
Representado por 77,955111 cotas sênior I	(79)	-
Representado por 0,131815 cotas sênior III	-	-
Conversão de cotas	**-**	**-**
Representado por 11.754,148270 cotas subordinadas	(12.034)	-
Representado por 11.754,148270 cotas mezanino III	12.034	-
Cotas amortizadas (Nota 9.c)	**(11.072)**	**(4)**
Cotas subordinadas	(5.605)	-
Cotas mezanino	(70)	(1)
Cotas mezanino III	(3.988)	
Cotas mezanino IV	(989)	
Cotas sênior	(420)	(3)
Variação decorrente da movimentação de cotas	**(10.518)**	**2.013**
Patrimônio líquido no final do exercício/período	**36.878**	**25.054**
Representado por 12.906,589371 cotas subordinadas a R$ 1.106,359580 cada	14.279	-
Representado por 493,102483 cotas mezanino I a R$ 1.022,724054 cada	504	-
Representado por 38.831,056433 cotas mezanino III a R$ 1.028,036074 cada	39.920	-
Representado por 22,434442 cotas mezanino IV a R$ 111.328,139822 cada	2.498	-
Representado por 1.728,736177 cotas mezanino V a R$ 1.015,368564 cada	1.755	-
Representado por 3.211,044889 cotas sênior I a R$ 1.024,277179 cada	3.289	-
Representado por 99,488185 cotas sênior III a R$ 1.001,324935 cada	100	-
Representado por 23.120,056290 cotas subordinadas a R$ 1.017,460472 cada	-	23.524
Representado por 2,029559 cotas mezanino a R$ 100.514,467960 cada	-	204
Representado por 13,196933 cotas sênior I a R$ 100.477,893272 cada	-	1.326

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método direto
Exercício findo em 28 de fevereiro de 2026 e período de 11 de fevereiro de 2025 (data do início das atividades) a 28 de fevereiro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	28/02/2026	De 11/02/2025 a 28/02/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez	13	-
Aquisição de direitos creditórios	(41.789)	-
Recebimentos de direitos creditórios e juros	26.948	-
Compra de cotas de fundos de investimentos	(51.990)	(2.038)
Venda de cotas de fundos de investimentos	54.853	-
Pagamento de taxa de performance	(1.381)	-
Pagamento de taxa de administração	(129)	-
Pagamento de taxa de gestão	(747)	-
Pagamento de taxa de consultoria	(533)	-
Pagamento de despesas jurídicas e advocatícias	(14)	-
Pagamento de taxa de fiscalização CVM	(11)	-
Pagamento de auditoria e custódia	(17)	(2)
Demais pagamentos/recebimentos	(68)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(14.865)**	**(2.040)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Cotas emitidas	30.097	2.040
Cotas resgatadas	(5.179)	-
Cotas amortizadas	(8.902)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**16.016**	**2.040**
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**1.151**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.151	-
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**1.151**	**-**
Reconciliação do lucro líquido com o caixa líquidos das atividades operacionais		
Resultado do exercício/período	**22.342**	**401**
Resultado com direitos creditórios	(24.507)	(631)
Provisão para perdas no valor de recuperação	(49)	159
Resultado com cotas de fundos de investimento	(820)	(5)
Redução (aumento) de outros ativos	(12.028)	(2.038)
(Redução) aumento de outros passivos	197	74
Caixa líquido das atividades operacionais	**(14.865)**	**(2.040)**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

O **Concreto Bem Real Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada** ("Fundo"), foi constituído em 20 de janeiro de 2025 sob a forma de condomínio de natureza especial fechado, com prazo de duração indeterminado, e iniciou suas atividades em 11 de fevereiro de 2025.

Em 25 de dezembro de 2025, por meio da assembleia geral de cotistas, foi aprovada a transformação do condomínio do Fundo para aberto.

O Fundo, conforme atual disposição e vigência da Resolução CVM nº 175/22, é considerado como um Fundo de Classe Única.

O público-alvo do Fundo são investidores profissionais, conforme definido no artigo 11 da Resolução CVM 30/21.

O Fundo tem como objetivo proporcionar rendimento de longo prazo aos seus cotistas pela valorização de suas cotas realizada por meio da aplicação preponderante de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios, bem como, outros títulos e valores mobiliários, conforme definições e limites descritos no regulamento.

O Fundo estabelecerá uma rentabilidade alvo para cada série de cotas da subclasse sênior e mezanino, sem que isto represente uma garantia ou promessa de rentabilidade das aplicações:

Subclasse de cotas	Remuneração
cotas sênior	1,30% a.m.
cotas sênior III	1,40% a.m.
cotas mezanino	1,40% a.m.
cotas mezanino III	1,50% a.m.
cotas mezanino IV	1,50% a.m.
cotas mezanino V	1,70% a.m.

A cota subordinada júnior não terá meta de remuneração.

As remunerações a serem seguidas pelas cotas do Fundo, não representam, e nem deverão ser consideradas promessas ou garantias de rentabilidade aos cotistas. Portanto, os cotistas somente receberão rendimentos se os resultados e o valor total da carteira do Fundo assim permitirem.

A administração do Fundo, em conformidade com a Resolução nº 5.111 do Conselho Monetário Nacional e da Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023 classificou o Fundo como uma "Entidade de Investimento". Essa classificação foi estabelecida com base no cumprimento simultâneo das seguintes condições:

a) Captam recursos de um ou mais investidores para investir em um ou mais ativos;
b) É gerido, discricionariamente, por agente habilitado e autorizado para o exercício dessa atividade, conforme exigido pela legislação; e

c) Define em seu regulamento e nos demais documentos constitutivos, quando houver, estratégias a serem utilizadas para geração de retorno ao investidor, consistindo em uma ou mais das seguintes estratégias:

- Investimento e desinvestimento dos ativos que compõem a carteira do Fundo, observada a estratégia, as condições de mercado e, quando aplicável, o prazo nela estabelecido, de forma a maximizar o retorno para os cotistas;

- Investimento e manutenção, no todo ou em parte, dos ativos que compõem a carteira do Fundo de acordo com sua política de investimentos até a liquidação de tais ativos, por meio de seu pagamento ou de qualquer forma de negociação de tais ativos ou até a liquidação do Fundo, objetivando retorno na forma de apreciação do capital, renda ou ambos; e

- Investimento e manutenção dos ativos que compõem a carteira do Fundo, sem prazo definido para liquidação ou desinvestimento, buscando a apreciação do capital investido e a realização de retorno por meio de resgate ou de amortização de cotas ou de mecanismos que assegurem a negociação de cotas no mercado secundário.

O Fundo está sujeito a um conjunto de riscos, incluindo flutuações de mercado, riscos de liquidez, concentração de ativos e inadimplência de devedores, que devem ser cuidadosamente considerados pelos investidores antes de realizarem qualquer investimento.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do administrador, da gestora ou de suas partes relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). O Fundo adota para seus cotistas o regime de responsabilidade limitada ao valor das cotas subscritas, nos termos do artigo 18 da Resolução CVM n° 175/22.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, regulamentados pela Instrução nº 489/11 e Resolução nº 175/22 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Desta forma, quando da efetiva liquidação desses instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A moeda funcional do Fundo é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.
A demonstração financeira foi aprovada pela administração do Fundo em 28 de maio de 2026 que autorizou sua divulgação.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, ou caixa quando aplicável.

b) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalente de caixa compreendem o numerário em espécie e depósitos bancários à vista e instrumentos financeiros que atendam cumulativamente aos seguintes critérios: (i) ser mantido com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos; (ii) ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa; (iii) estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor; e (iv) ter vencimento de curto prazo, de três meses ou menos.

Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor efetivamente pago, acrescido dos juros incorridos com base na taxa de remuneração, reconhecidos no resultado na rubrica de “Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez”.

c) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pelo Fundo. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição acrescidos do custo de transação, quando na categoria de custo amortizado, e após reconhecimento pela curva ou valor justo, dependendo de sua classificação contábil.

d) Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

(i) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação.

(ii) Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados utilizando o método da taxa efetiva de juros, apurada no início da operação. Esses ativos estão sujeitos a provisões para perdas sempre que houver evidência de redução do seu valor recuperável.

e) Títulos e valores mobiliários

O Fundo classifica seus títulos e valores mobiliários na categoria "mensurados ao valor justo por meio do resultado".

Cotas de fundos

As cotas de fundos de investimento são registradas ao custo de aquisição, ajustado diariamente pelo valor das cotas informado pelos administradores dos respectivos fundos de investidos, sendo a melhor estimativa da administração de valor justo desses ativos. A valorização e/ou a desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas no resultado na rubrica em "Reconhecimento de ganhos".

f) Direitos creditórios

O Fundo classifica os seus direitos creditórios como:

(i) A vencer – os direitos creditórios vincendos são mensurados pelo critério de custo amortizado, através do seu valor de aquisição, e acrescidos de juros calculados com base na taxa definida em contrato com o cedente ou pela taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério *pro rata temporis.* A taxa interna de retorno é calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

(ii) Vencidos - Os direitos creditórios quando vencidos encontram-se registrados pelos valores atualizados até a data dos respectivos vencimentos**.**

Os direitos creditórios são classificados nos seguintes grupos:

(i) Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando o Fundo adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente;

(ii) Operação sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando o Fundo não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
Essa classificação é de responsabilidade da administradora que deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o nível de exposição do Fundo à variação no fluxo de caixa futuro associado aos direitos creditórios objeto da operação.

g) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação

A administradora do Fundo utiliza uma metodologia estatística, a fim de atender à Instrução CVM n° 489. Os critérios adotados na constituição de provisões para perdas se aplicam de forma distinta para cada modalidade de FIDC. Dessa forma, cada FIDC será classificado em uma modalidade e depois sua carteira será avaliada com relação ao tratamento a ser dado aos direitos creditórios, se com base individual ou coletiva.

A administração realiza o provisionamento de acordo com a faixa de atraso dos direitos creditórios e percentual definido pelo histórico de inadimplência dos FIDC, conforme demonstrado a seguir:

Nível de risco	Dias em atraso	% de provisão
A	A vencer	0,00%
B	A vencer e vencidos até 14 dias	0,50%
C	A vencer e vencidos em até 30 dias	1,00%
D	A vencer e vencidos em até 60 dias	3,00%
E	A vencer e vencidos em até 90 dias	10,00%
F	A vencer e vencidos em até 120 dias	30,00%
G	A vencer e vencidos em até 150 dias	50,00%
H	A vencer e vencidos em até 180 dias	70,00%
I	A vencer e vencidos acima de 180 dias	100,00%

h) Valores a pagar

Os valores a pagar representam exigibilidades contratuais existentes na data das demonstrações financeiras.

i) Provisão para demandas judiciais

As provisões para riscos de natureza cível são constituídas e reavaliadas periodicamente pela Administradora do Fundo, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de perda das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como a utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, considerando informações históricas e a fase na qual o processo se encontra.

O Fundo ao elaborar suas demonstrações contábeis faz a segregação entre:

- **Provisões**: saldos credores que cobrem obrigações presentes na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para o Fundo cuja concorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos;

- **Passivos contingentes**: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle do Fundo;

- **Ativos contingentes**: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência, de eventos além do controle do Fundo. Não são reconhecidos no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado.

  A Administração do Fundo, avaliou a possibilidade de ocorrência de contingências passivas e ativas, com classificação segregada em possível, provável e remota.

  Na data das demonstrações financeiras não havia passivos ou ativos contingentes a serem contabilizados.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão representados por:

	28/02/2026	28/02/2025
Disponibilidades ([1])	219	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez ([2])	932	-
Total	**1.151**	**-**

([1]) As disponibilidades estão representadas por depósitos bancários à vista.
([2]) As aplicações financeiras estão representadas por operações compromissadas lastreadas por títulos públicos federais.

No exercício findo em 28 de fevereiro de 2026 o Fundo auferiu receita de R$ 13 registradas em “Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez”. (Em 28 de fevereiro de 2025 não havia aplicações interfinanceiras de liquidez).

5 Títulos e valores mobiliários

Em 28 de fevereiro de 2026 não há aplicação em títulos e valores mobiliários.

	28/02/2025		
Descrição	**Quantidade**	**Valor de mercado**	**Faixa de vencimento**
Cotas de fundos	**1.675**	**2.043**	
Renda fixa			
ID RF Longo Prazo FIC FI **(a)**	922	1.111	Sem vencimento
FIRF ID Soberano **(b)**	753	932	Sem vencimento

a) O **ID RF Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa Longo Prazo CNPJ: 50.269.714/0001-78**, foi constituído em 05 de abril de 2023 sob a forma de condomínio de natureza especial aberto, com prazo de duração indeterminado. Iniciou suas atividades em 01 de junho de 2023. Seu objetivo é proporcionar a valorização de suas cotas mediante aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimento, doravante denominados FIs, com carteira de longo prazo, disponíveis no mercado. As

demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de julho de 2025 foram devidamente auditadas, com emissão do relatório do auditor independente em 23 de outubro de 2025, sem modificação de opinião.

b) O **ID Soberano Fundo de Investimento Renda Fixa Simples Longo Prazo CNPJ: 50.191.107/0001-32**, foi constituído sob a forma de condomínio de natureza especial aberto, com prazo de duração indeterminado e iniciou suas operações em 04 de abril 2023, tem como objetivo proporcionar a valorização de suas cotas mediante aplicação de seus recursos em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observando os parâmetros definidos em sua política de investimento. As demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de maio de 2025 foram devidamente auditadas, com emissão do relatório do auditor independente em 27 de agosto de 2025, sem modificação de opinião.

No exercício findo em 28 de fevereiro de 2026 o Fundo obteve receita de R$ 820 (R$ 5 no período de 11 de fevereiro de 2025 (data do início das atividades) a 28 de fevereiro de 2025) com cotas de fundos de investimentos, registrada na rubrica “Reconhecimento de ganhos”.

6 Direitos creditórios

a) Características dos direitos creditórios

Os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo contêm as seguintes características:

a) O(s) título(s) deve(m) ter garantia real consubstanciada em bens corpóreos (materiais e tangíveis), podendo ser móveis e/ou imóveis;
b) O valor de aquisição dos recebíveis deve ser inferior ao estabelecido como valor de venda forçada do bem dado em garantia;
c) Adicionalmente às garantias citadas acima, as operações devem constar com garantia de fluxo, performado ou não, que cubra no mínimo, o valor da parcela do período;

Adicionalmente, destaca-se que o segmento econômico que a Gestora busca com o investimento nos direitos creditórios não é um único segmento determinado, mas sim de diversos segmentos

b) Composição dos direitos creditórios por faixa de vencimento

i. Direitos creditórios com aquisição substancial de riscos e benefícios

Em 28 de fevereiro de 2026

Faixas	A vencer	Vencido	Valor contábil	Provisão para perdas total
De 0 a 30 dias	1.381	-	1.381	-
De 31 a 60 dias	1.301	-	1.301	-
De 61 a 90 dias	1.557	-	1.557	-
De 91 a 120 dias	1.352	367	1.719	(110)
De 121 a 360 dias	11.028	-	11.028	-
Acima de 360 dias	38.705	-	38.705	-
Total	**55.324**	**367**	**55.691**	**(110)**

Em 28 de fevereiro de 2025

Faixas	A vencer	Vencido	Valor contábil	Provisão para perdas total
De 0 a 30 dias	1.005	810	1.815	(17)
De 31 a 60 dias	908	-	908	(7)
De 61 a 90 dias	886	-	886	(7)
De 91 a 120 dias	875	-	875	(7)
De 121 a 360 dias	4.867	-	4.867	(36)
Acima de 360 dias	13.897	-	13.897	(85)
Total	**22.438**	**810**	**23.248**	**(159)**

ii. Direitos creditórios sem aquisição substancial de riscos e benefícios

Em 28 de fevereiro de 2026

Faixas	A vencer	Vencido	Valor contábil	Provisão para perdas total
De 0 a 30 dias	136	-	136	-
De 31 a 60 dias	181	-	181	-
De 61 a 90 dias	179	-	179	-
De 91 a 120 dias	176	-	176	-
De 121 a 360 dias	1.318	-	1.318	-
Acima de 360 dias	4.628	-	4.628	-
Total	**6.618**	**-**	**6.618**	**-**

Em 28 de fevereiro de 2025 o Fundo não adquiriu direitos creditórios sem aquisição substancial de riscos e benefícios.

c) Composição da carteira por natureza de direito creditório e as taxas médias

Em 28 de fevereiro de 2026

Direitos creditórios	Qtde	A vencer	Vencido	Valor contábil	Provisão para perdas	Taxa média a.a. (%)
CCB digital	140	16.107	-	16.107	-	48,18%
CCB Pré	192	32.724	-	32.724	-	66,60%
Nota comercial	102	13.111	-	13.111	-	27,36%
Confissão de dívida	2	-	367	367	(110)	15,73%
Total	**436**	**61.942**	**367**	**62.309**	**(110)**	

Em 28 de fevereiro de 2025

Direitos creditórios	Qtde	A vencer	Vencido	Valor contábil	Provisão para perdas	Taxa média a.a. (%)
CCB Digital	125	15.043	810	15.853	(159)	167,70%
Nota Comercial	47	7.395	-	7.396	-	78,33%
Total	**172**	**22.438**	**810**	**23.248**	**(159)**	

d) Maiores devedores

Em 28 de fevereiro de 2026

Maiores devedores	A vencer	Vencido	Valor total	% sobre o total de DC	Provisão para perdas
Devedor 1	18.110	-	18.110	29,06%	-
Devedor 2	10.480	-	10.480	16,82%	-
Devedor 3	8.267	-	8.267	13,27%	-
Devedor 4	8.214	-	8.214	13,18%	-
Devedor 5	6.493	-	6.493	10,42%	-
Devedor 6	5.189	-	5.189	8,33%	-
Devedor 7	5.189	-	5.189	8,33%	-
Devedor 8	-	367	367	0,59%	(110)
Total	**61.942**	**367**	**62.309**	**100,00%**	**(110)**

Em 28 de fevereiro de 2025

Maiores devedores	A vencer	Vencido	Valor total	% sobre o total de DC	Provisão para perdas
Devedor 1	7.395	-	7.395	31,81%	-
Devedor 2	5.486	151	5.637	24,25%	(56)
Devedor 3	5.486	151	5.637	24,25%	(56)
Devedor 4	4.071	508	4.579	19,68%	(47)
Total	**22.438**	**810**	**23.248**	**100,00%**	**(159)**

e) Movimentação dos direitos creditórios

Direitos creditórios	28/02/2026	De 11/02/2025 a 28/02/2025
Saldo inicial	23.248	-
Aquisições de direitos creditórios	41.789	22.617
Liquidação de direitos creditórios	(26.948)	-
Rendas com direitos creditórios	24.507	631
Direitos creditórios a liquidar	(287)	-
Saldo final	**62.309**	**23.248**

f) Critérios de elegibilidade

O Fundo somente adquirirá direitos de crédito que atendam, na data de aquisição e pagamento, aos seguintes critérios de elegibilidade:

(i) Sejam enquadrados integralmente na política de investimento do Fundo;

(ii) Sejam provenientes de operações regulares e lícitas, nos termos da regulamentação aplicável;

(iii) Não contenha qualquer devedor principal e/ou coobrigado e/ou garantidor listado na lista restritivas de prevenção ao terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa do Conselho Nacional de Segurança das Nações Unidas - CSNU; e

(iv) As operações de cessão deverão possuir garantias reais consubstanciadas em bens corpóreos (materiais e tangíveis), podendo ser móveis e/ou imóveis, devidamente registradas em seus órgãos competentes.

São consideradas como condições de cessão:

(i) (a) Validação formal pela Gestora do cumprimento de todos os critérios mínimos exigidos para a existência, validade e eficácia do direito creditório, incluindo, mas não se limitando, a validação: (i) da titularidade; (ii) dos requisitos objetivos mínimos exigidos pela regulamentação aplicável ao Direito Creditório e sua forma de instrumentalização; (iii) da existência de ônus, gravames e/ou qualquer outro elemento que efetivamente impeça a operação; e (v) do lastro;

(ii) (b) Validação formal pela Gestora acerca existência, validade e eficácia de eventual garantia da operação, incluindo, mas não se limitando, a validação: (i) da titularidade; (ii) dos requisitos objetivos mínimos exigidos pela regulamentação aplicável à garantia e sua forma de instrumentalização e registro; e (iii) da existência de ônus, gravames e/ou qualquer outro elemento que efetivamente impeça a concessão da garantia;

(iii) (c) Inexistência de evento, quando da formalização da operação, que altere qualitativamente as condições da operação;

g) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação

As perdas e provisões com os direitos de crédito serão reconhecidas no resultado do exercício conforme as regras e procedimentos definidos na Instrução CVM 489 e o Manual de provisão para perdas da administradora.

Em 28 de fevereiro de 2026

Faixa	A vencer	Vencido	Valor total	(%) Provisão para perdas	(-) Provisão para perdas
A	61.942	-	61.942	0,00%	-
F	-	367	367	29,97%	(110)
Total	**61.942**	**367**	**62.309**		**(110)**

Em 28 de fevereiro de 2025

Faixa	A vencer	Vencido	Valor total	(%) Provisão para perdas	(-) Provisão para perdas
A	7.395	-	7.395	0,00%	-
C	15.043	810	15.853	1,00%	(159)
Total	**22.438**	**810**	**23.248**		**(159)**

Movimentação da provisão para perdas

Direitos creditórios	28/02/2026	De 11/02/2025 a 28/02/2025
Saldo inicial	(159)	-
Reversão de provisão para perdas	49	-
(Constituição) de provisão para perdas	-	(159)
Saldo final	**(110)**	**(159)**

7 Gerenciamento e controles relacionados aos riscos

a) Tipos de risco

Flutuação de preços em virtude de fatores de mercado: Os preços e a rentabilidade dos ativos do Fundo poderão flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações na política de crédito, econômica e fiscal. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade daqueles ativos que integram a carteira do Fundo seja avaliada por valores inferiores ao da emissão e/ou contabilização inicial, levando à redução do patrimônio líquido e, consequentemente, a prejuízos a seus cotistas.

Descasamento de taxas: O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em direitos creditórios, cujas remunerações poderão estar atreladas a indexadores diversos, podendo, inclusive, ser pré-fixadas, e em ativos financeiros. A administradora, a gestora, o custodiante, o cedente, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos cotistas, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações decorrente do risco de descasamento acima identificado.

Risco de liquidez

A natureza do Fundo traz, naturalmente, maior risco de liquidez aos cotistas, tendo em vista que o investimento preponderante é realizado em direitos creditórios de baixa liquidez no mercado secundário. Ademais, diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira são negociados e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a maior risco de liquidez dos direitos creditórios e demais ativos detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos às suas despesas e/ou amortização de suas cotas. Nestes casos, poderá ser necessária a venda principalmente em relação aos direitos creditórios, mas também dos demais ativos da carteira, por valores inferiores ao que normalmente seriam transacionados. Além disso, caso seja necessário e os cotistas não aportem novos recursos no, além da potencial venda antecipada, a falta de recursos poderá exigir que o pagamento aos cotistas seja realizado com a entrega dos direitos creditórios, e/ou dos demais ativos.

Risco de concentração

Considerando que a política de investimento do Fundo possibilita exposição significativa de concentração em poucos ativos e poucos emissores ou até em um mesmo ativo e/ou um mesmo emissor. Alterações da condição financeira de um emissor, alterações na expectativa de desempenho/resultados deste e da capacidade competitiva do setor investido podem, isolada ou cumulativamente, afetar adversamente o preço e/ou rendimento dos ativos da carteira do Fundo e dos fundos investidos. Nestes casos, a gestora, na qualidade de gestora do Fundo ou dos fundos investidos, conforme o caso,

podem ser obrigadas a liquidar os ativos financeiros da carteira do Fundo ou dos fundos investidos a preços depreciados, podendo, com isso, influenciar negativamente o valor da cota do Fundo e/ou dos fundos investidos. Este Fundo está exposto a significativa concentração em ativos de poucos emissores, com os riscos daí decorrentes.

Adicionalmente, cumpre destacar que o Fundo não está sujeito aos limites de concentração estabelecidos na Resolução CVM nº 175. O risco associado às aplicações do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Se os devedores ou coobrigados dos ativos não honrarem com os seus compromissos, o Fundo poderá sofrer perda patrimonial significativa, o que afetaria negativamente a rentabilidade das cotas.

Risco de alocação

A gestora pode examinar oportunidades de investimento que interessem, simultaneamente, a mais de um fundo de investimento sob sua gestão. Nessa hipótese, caberá à gestora definir, discricionariamente, a forma de alocação de tais oportunidades, as quais não serão, em certas situações, exploradas integral ou exclusivamente pelo Fundo.

Garantias dos direitos creditórios

Na hipótese de inadimplemento do direito creditório, não sanado no devido prazo, as eventuais garantias vinculadas a tal direito creditório (i) podem não ser suficientes para satisfação do crédito inadimplido, (ii) podem não ser exequíveis e/ou não possuir liquidez adequada e/ou o prazo para realização das mesmas, em caso de execução das garantias, pode ser demasiadamente longo.

Adicionalmente, reitera-se que a gestora poderá sempre adquirir ativos sem qualquer garantia, fato que poderá tornar a recuperação de eventual ativo inadimplido ainda mais difícil.

Risco de crédito

Como o Fundo aplicará seus recursos preponderantemente em direitos creditórios, dependerá da solvência dos respectivos devedores para distribuição de rendimentos aos cotistas. A solvência dos devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação e baixos índices de crescimento econômico. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento da inadimplência dos direitos creditórios, com possíveis reflexos negativos nos resultados do Fundo e, eventualmente, na rentabilidade das cotas.

Cobrança judicial, arbitral e extrajudicial

No caso de os devedores inadimplirem as obrigações de pagamento dos direitos creditórios cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial, arbitral e/ou extrajudicial dos valores devidos. Nada garante, porém, que referidas cobranças atingirão os

resultados almejados, com a recuperação do total dos valores inadimplidos para o Fundo.

Risco de descasamento de taxas

O Fundo aplicará a disponibilidade financeira primordialmente em direitos creditórios. Em vista que o valor das cotas seniores e cotas subordinadas mezanino serão atualizados de acordo com as metas de rentabilidade prioritária atreladas, conforme estabelecidas em cada suplemento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno: (i) dos direitos creditórios e dos ativos financeiros integrantes da carteira, e (ii) das cotas seniores e das cotas subordinadas.

Risco de patrimônio líquido negativo

Nos termos do inciso I, do artigo 1.368-D, do Código Civil Brasileiro e da Resolução CVM nº 175, a responsabilidade dos cotistas de um fundo de investimento pode ser limitada ao valor das cotas por eles detidas. Uma vez que se optou por limitar sua responsabilidade no regulamento, e na medida em que o valor do patrimônio líquido do Fundo seja insuficiente para satisfazer as dívidas e demais obrigações do Fundo, a insolvência do Fundo poderá ser requerida judicialmente, conforme previsto no regulamento e na regulamentação aplicável.

O regime de responsabilidade limitada dos cotistas e o regime de insolvência dos fundos são inovações legais recentes que ainda não foram sujeitas à revisão judicial. Caso seja solicitada a declaração de insolvência do Fundo, e a responsabilidade limitada dos cotistas seja questionada em juízo e/ou perante a CVM, poderá haver decisões desfavoráveis que podem afetar o Fundo e os cotistas de forma adversa e material.

Risco decorrente da ausência de políticas de concessão de crédito e de cobrança previamente definidas no regulamento

Em razão da possibilidade do Fundo adquirir direitos creditórios de diversos cedentes de diversos segmentos e, consequentemente, da decorrente possibilidade de uma multiplicidade de devedores, os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo podem ter sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos e, por esta razão, não se estabeleceu no regulamento uma política de concessão de crédito prévia e uniformemente definida, já que os direitos creditórios podem ser originados de políticas de concessão de crédito distintas decorrentes das práticas de cada cedente. Além disso, em razão do processo de originação dos direitos creditórios decorrer das práticas de cada cedente, o Fundo poderá adotar diferentes estratégias e procedimentos de cobrança em virtude do perfil de cada operação.

Risco de insuficiência de recursos no momento da liquidação do Fundo

O Fundo poderá ser antecipadamente liquidado conforme o disposto no regulamento. Ocorrendo a liquidação, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos cotistas em hipótese de, por exemplo, o adimplemento das parcelas dos direitos creditórios do Fundo ainda não ser exigível dos devedores. Neste caso, o pagamento

aos cotistas ficaria condicionado: (i) ao vencimento e pagamento pelos devedores das parcelas relativas aos direitos creditórios do Fundo; (ii) à venda dos direitos creditórios a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer o patrimônio líquido; ou (iii) ao resgate de cotas em direitos creditórios, exclusivamente nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo. Nas três situações, os cotistas podem sofrer prejuízos patrimoniais.

Risco decorrente do apreçamento dos ativos

O apreçamento dos ativos integrantes da carteira deverá ser realizado de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das cotas.

Risco de coinvestimento

O Fundo poderá coinvestir com outros fundos e/ou veículos geridos/administrados ou não por afiliadas da administradora e/ou da gestora, os quais poderão ter participações maiores que as do Fundo nos direitos creditórios. O coinvestimento envolve riscos adicionais que podem não estar presentes em investimentos onde um coinvestidor não está envolvido, incluindo a possibilidade de que um coinvestidor ou coinvestidores venham a tomar decisões (sozinho ou em bloco) ou tenham interesses ou objetivos que são diferentes daqueles do Fundo, inclusive devido a dificuldades financeiras ou outras formas de conduta que afetem o seu comportamento, resultando em um impacto negativo sobre tal investimento.

Risco de coinvestimento por determinados cotistas

O Fundo poderá, na forma prevista no regulamento e observado o disposto na regulamentação aplicável, inclusive em relação a potenciais conflitos de interesses e seus formatos de tratamento, coinvestir nos direitos creditórios com cotistas e/ou outros fundos e/ou veículos geridos/administrados pela administradora e/ou da gestora. Em caso de coinvestimentos com cotistas, os cotistas devem estar cientes de que o fato de determinados cotistas participarem de coinvestimentos não faz com que necessariamente todos os cotistas tenham as mesmas oportunidades, tendo em vista as características particulares de cada situação e estrutura, as condições comerciais envolvidas, dentre outros fatores.

Risco da propriedade de cotas

A propriedade das cotas não confere aos cotistas a propriedade direta sobre os ativos da carteira. Os direitos dos cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado.

b) Controles relacionados aos riscos

Não obstante a diligência da administradora e da gestora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a diversos tipos de riscos e, mesmo que a administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e seus cotistas.

O controle do risco de mercado é baseado em cenários na perda máxima aceitável, de modo a evitar que se incorra em risco excessivo, mediante a análises qualitativas e quantitativas, que considerem fatores como cenários de estresse, avaliação da equipe de gestão, processo de investimento, consistência na performance e gerenciamento de risco, bem como por meio de constante monitoramento. Esses parâmetros podem ser alterados de acordo com mudanças estruturais no mercado ou a qualquer momento.

A avaliação do risco de crédito é efetuada administradora, através o monitoramento prospectivo e retrospectivo dos eventos de pagamento de juros, amortização e vencimento das operações, quando aplicável.

O controle do risco de liquidez é baseado no monitoramento do nível de solvência, verificando um percentual mínimo de ativos, em relação ao patrimônio líquido do Fundo, com liquidez compatível com o prazo previsto para conversão em quantidade de cotas e pagamento dos resgates solicitados.

8 Instrumentos financeiros derivativos

O Fundo não poderá realizar operações em mercado de derivativos, nem mesmo com o objetivo exclusivo de proteção patrimonial.

No exercício findo em 28 de fevereiro de 2026 e período de 11 de fevereiro de 2025 (data do início das atividades) a 28 de fevereiro de 2025, o Fundo não operou com instrumentos financeiros derivativos.

9 Evolução do valor da cota e rentabilidade

Cota sênior I	Valor da cota	Rentabilidade (%)	Benchmark 1,30% a.m.	Patrimônio líquido médio
Exercício findo em 28/02/2026	1.024,277179	16,55%	16,55%	3.308
De 12/02/2025 ([1]) a 28/02/2025	100.477,893272	0,48%	0,48%	536

Cota sênior III	Valor da cota	Rentabilidade (%)	Benchmark 1,40% a.m.	Patrimônio líquido médio
De 25/02/2026 ([1]) a 28/02/2026	1.001,324935	0,12%	0,12%	100

Cota mezanino I	Valor da cota	Rentabilidade (%)	Benchmark 1,40% a.m.	Patrimônio líquido médio
Exercício findo em 28/02/2026	1.026,155876	17,93%	17,93%	509
De 12/02/2025 ([1]) a 28/02/2025	100.514,467960	0,51%	0,51%	82

Cota mezanino III	Valor da cota	Rentabilidade (%)	Benchmark 1,50% a.m.	Patrimônio líquido médio
De 06/05/2025 ([1]) a 28/02/2026	1.028,036074	15,81%	15,81%	40.592

Cota mezanino IV	Valor da cota	Rentabilidade (%)	Benchmark 1,50% a.m.	Patrimônio líquido médio
De 18/07/2025 ([1]) a 28/02/2026	111.655,573416	11,61%	11,61%	1.910

Cota mezanino V	Valor da cota	Rentabilidade (%)	Benchmark 1,70% a.m.	Patrimônio líquido médio
De 29/01/2026 ([1]) a 28/02/2026	1.015,368564	1,54%	1,54%	975

Cota subordinada	Valor da cota	Rentabilidade (%)	Patrimônio líquido médio
Exercício findo em 28/02/2026	1.106,359580	51,42%	17.169
De 11/02/2025(*) a 28/02/2025	1.017,460472	1,75%	23.049

([1]) início da subclasse de cotas.

A rentabilidade desconsidera os efeitos das amortizações do período.
A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

10 Emissões, amortizações e resgates de cotas

a) Características das cotas

As cotas correspondem a frações ideais de seu patrimônio líquido. O Fundo será de Classe Única, considerando os termos da Resolução CVM nº 175/22 e as disposições da CVM.

O Fundo poderá ter subclasses: (i) seniores (“Subclasse Seniores”); (ii) Subordinada Mezanino (“Subclasse Mezanino”); e (iii) Subordinada Júnior (“Subclasse Júnior”).

b) Emissões e integralizações de cotas

É permitida a emissão de novas cotas do Fundo apenas por deliberação da assembleia de cotistas, hipótese na qual devem os cotistas definir se possuirão direito de preferência na subscrição das novas cotas.

Para fins de integralização de cotas, deverá ser utilizado o valor da cota em vigor no fechamento do mesmo dia útil da efetiva disponibilidade dos recursos.

As emissões estão assim representadas:

Subclasse de cotas	28/02/2026		De 11/02/2025 a 28/02/2025	
	Quantidade	R$	Quantidade	R$
Cotas subordinadas	3.098,349508	2.803	23.120,056290	23.127
Cotas mezanino I	503,970441	302	2,029559	204
Cotas mezanino III	29.511,641731	20.970	-	-
Cotas mezanino IV	30,197293	3.234	-	-
Cotas mezanino V	1.742,776752	1.755	-	-
Cotas sênior I	3.275,803067	1.963	13,196933	1.326
Cotas sênior III	99,620000	100	-	-
Total	**38.262,358793**	**31.127**	**23.135,282782**	**24.657**

Em 16 de junho de 2025, por meio da assembleia geral de cotistas, foi aprovado a conversão de 11.754,148270 cotas da subclasse subordinada júnior, em cotas da subclasse mezanino III;

c) Amortizações e resgates de cotas

O resgate das cotas da classe única poderá acontecer a qualquer momento, respeitados os resgates programados, de acordo com as condições estabelecidas nos respectivos suplementos e no regulamento.

O resgate poderá ser solicitado pelo cotista a qualquer momento, mas a janela de resgate, cotização e pagamento dos resgates será sempre a data de fechamento do mês de referência em que foi realizada a solicitação por qualquer cotista.

A exclusivo critério da Gestora, a liquidação dos pedidos de resgate poderá acontecer antes da janela de resgate prevista, utilizando-se o último valor da cota disponibilizado pela Administradora.

Para as séries que preveem resgate programado, tal resgate será feito no quinto dia útil do mês subsequente ao de competência. O valor do resgate programado será equivalente à rentabilidade do mês anterior. Caso o valor das cotas do mês anterior não estejam fechadas até o quinto dia útil, será aplicada a rentabilidade do último mês fechado.
Os resgates estão assim representados:

Subclasse de cotas	28/02/2026		De 11/02/2025 a 28/02/2025	
	Quantidade	R$	Quantidade	R$
Cotas subordinadas	1.557,668157	(1.668)	-	-
Cotas mezanino I	12,897517	(13)	-	-
Cotas mezanino III	2.434,733568	(2.472)	-	-
Cotas mezanino IV	7,762851	(860)	-	-
Cotas mezanino V	14,040575	(14)	-	-
Cotas sênior I	77,955111	(79)	-	-
Cotas sênior III	0,131815	-	-	-
Total	**4.105,189595**	(**5.106**)	**-**	**-**

As amortizações estão assim representadas:

Subclasse de cotas	28/02/2026	De 11/02/2025 a 28/02/2025
Cotas subordinadas	(5.605)	-
Cotas mezanino I	(70)	(1)
Cotas mezanino III	(3.988)	-
Cotas mezanino IV	(989)	-
Cotas sênior I	(420)	(3)
Total	**(11.072)**	**(4)**

d) Negociação das cotas

As cotas poderão ser objeto de transferências através de negociações privadas mediante termo de cessão e transferência assinado pelo cedente e pelo cessionário, sendo que as cotas somente poderão ser transferidas se estiverem integralizadas.

11 Custódia e tesouraria

a) Prestadores de serviços

Administração:	ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Gestão:	Concreta Gestora de Recursos Ltda.
Cogestora:	Bless capital Gestora de Recursos Ltda.
Custódia:	ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Tesouraria:	ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Escrituração de cotas:	ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Controladoria:	ID Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

b) Custódia dos títulos e valores mobiliários

As cotas de fundos de investimento são escriturais e seu controle é mantido pelos administradores dos respectivos fundos investidos.

c) Custódia dos direitos creditórios

O custodiante mantém a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios, recebe e verifica a documentação que evidencia o lastro dos direitos creditórios.

12 Encargos do Fundo

a) Taxa de administração e gestão

A Taxa de Administração do Fundo, paga à Administradora pelos serviços prestados, corresponde ao percentual anual de 0,20% a ser calculado sobre o valor total do patrimônio líquido do Fundo, observado, ainda, o valor mínimo de R$ 12.

A taxa de gestão do Fundo, paga à Gestora pelos serviços de gestão e de consultoria prestados ao Fundo, corresponde ao valor fixo mensal de R$ 140 e, sendo o caso de contratação de empresa para realizar a cogestão, esta receberá o corresponde ao

percentual anual de 0,20%, calculado sobre o valor total do patrimônio líquido do Fundo, observado, ainda, o valor mínimo de R$ 10.

A taxa de custódia do Fundo, a ser paga à custodiante pelos serviços prestados, corresponde ao valor fixo mensal de R$ 1.

Desde que a Gestora contrate, em nome da Fundo, prestador de serviço para realizar Distribuição de cotas do Fundo, será devida uma taxa de distribuição ao respectivo distribuidor contratado, ficando, desde já, certo e definido que a taxa máxima de distribuição será de até 2% ao ano para cotas da subclasse subordinada mezanino e cotas da subclasse sênior.

As taxas são pagas aos prestadores de serviço, mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês da prestação dos serviços, devendo ser calculada de forma linear e provisionada todo dia útil, à base 1/252, reajustada anualmente, pela variação positiva do IGP-M do período.

O Fundo não possui taxa de ingresso ou taxa de saída.

As despesas foram as seguintes:

Encargos	28/02/2026	De 11/02/2025 a 28/02/2025
Taxa de consultoria	(493)	(40)
Taxa de gestão	(883)	(28)
Taxa de administração	(144)	(6)
Taxa de custódia	(12)	(1)

b) Taxa de performance

O Fundo conta com taxa de performance mensal devida à Gestora no percentual de 25% sobre a rentabilidade positiva das cotas da subclasse subordinada júnior que ultrapassar a taxa de rentabilidade das cotas da subclasse sênior obtida no mês imediatamente anterior.

Será igualmente devida taxa de performance à Gestora quando esta atuar como distribuidora de cotas do Fundo, sendo certo que, neste caso, a respectiva taxa de performance incidente sobre a distribuição de cotas será de até 2% ao ano para cotas da subclasse subordinada mezanino e cotas da subclasse sênior.

No exercício findo em 28 de fevereiro de 2026 a despesa com taxa de performance foi de R$ 1.464.

No período de 11 de fevereiro de 2025 (data do início das atividades) a 28 de fevereiro de 2025, o Fundo não teve despesa com taxa de performance.

13 Classificação por agência classificadora de risco

O item V do artigo 13 do Anexo Normativo II da Resolução CVM nº 175/22 estabelece que a contratação de agência classificadora de risco é obrigatória somente nos casos em que a subclasse de cotas seniores (se houver) seja distribuída ao público em geral. Para as demais hipóteses, essa contratação é facultativa. Por esse motivo, as cotas do Fundo em questão não são avaliadas por agência classificadora de risco.

14 Outros serviços prestados pelo auditor independente

A administradora, não contratou serviços dos auditores independentes relacionados ao Fundo, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

15 Legislação Tributária

Imposto de renda

a) Fundo

Os rendimentos e ganhos auferidos com operações realizadas pela carteira do Fundo não estão sujeitos ao imposto de renda nem ao IOF.

b) Cotistas

I) Imposto de renda

Conforme as alterações ocorridas na tributação de fundos de investimentos decretadas pela Lei nº 14.754/2023, e demais normativos vigentes, os rendimentos dos cotistas serão tributados conforme abaixo:

1. Fundo sujeito a regra geral

1.1 Longo prazo

Estes fundos são tributados em dois momentos:

- **Tributação periódica:** Ocorre nos meses de maio e novembro, em que são tributados à alíquota de 15% dos rendimentos auferidos desde (i) o primeiro aporte ou (ii) desde a última tributação; e

- **Data de distribuição de rendimentos, amortização ou resgate:** Em que são sujeitas as seguintes alíquotas:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20,0% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;

- 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias;
- 15,0% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

1.2 Curto prazo

Estes fundos são tributados em dois momentos:

- **Tributação periódica:** Ocorre nos meses de maio e novembro, em que são tributados à alíquota de 20% dos rendimentos auferidos desde (i) o primeiro aporte ou (ii) desde a última tributação; e

- **Data de distribuição de rendimentos, amortização ou resgate:** Em que são sujeitas as seguintes alíquotas:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20,0% em aplicações com prazo acima de 181 dias.

2. Fundo não sujeito a regra geral

A regra geral não é aplicada para os seguintes fundos:

- Fundo de Investimento em Participações (FIP) enquadrados como entidade de investimento;
- Fundo de Investimento em Índice de Mercado enquadrados como entidade de investimento, com exceção dos ETFs de Renda Fixa;
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios enquadrados como entidade de investimento com carteira composta de, no mínimo, 67% de direitos creditórios; e
- Fundo de investimento que invista, no mínimo, 95% do seu patrimônio líquido nos fundos acima citados.

Nestes casos, os fundos são tributados em apenas um momento:

- **Data de distribuição de rendimentos, amortização ou resgate:** Em que é sujeita à alíquota de 15%.

As regras tributárias acima descritas não se aplicam aos cotistas sujeitos às regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

IOF (Decreto nº 6.306/07, de 14 de dezembro de 2007)

Os resgates, quando realizados em prazo inferior a 30 dias, estarão sujeitos à cobrança de IOF. A alíquota do IOF será de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, limitado a um percentual do rendimento da operação, decrescente em função do prazo da aplicação. Para os resgates efetuados a partir do trigésimo dia da data da aplicação, não haverá cobrança desse IOF.

Os cotistas isentos, imunes e os amparados por norma legal ou medida judicial específicas não sofrem retenção do imposto de renda na fonte e ou IOF.

De acordo com o Decreto nº 12.499/2025, as aplicações em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) ficam sujeitas à incidência de IOF, à alíquota de 0,38%, aplicável nas emissões primárias de cotas.

16 Transações com partes relacionadas

Foram consideradas como partes relacionadas, a administradora, o gestor ou as partes a eles relacionados. A Nota explicativa nº 12 demonstra os pagamentos efetuados pela prestação de serviços.

a) Fundos investidos

A administradora do Fundo também é administradora dos seguintes fundos investidos:

- ID RF Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa Longo Prazo;
- ID Soberano Fundo de Investimento Renda Fixa Simples Longo Prazo.

17 Alterações estatutárias

Em 19 de março de 2025 por meio da Assembleia Geral de Cotistas, foi aprovado os seguintes assuntos:

- ✓ a 1ª emissão da 3ª série de cotas Mezanino do Fundo, nos termos da Resolução CVM 160/22 e do Suplemento; e
- ✓ Autorização para que a administradora e a gestora pratiquem todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas.

Em 18 de julho de 2025, por meio da assembleia geral de cotistas, foi aprovado os seguintes assuntos:

- ✓ 1ª emissão da 4ª série de cotas mezanino do Fundo, nos termos da Resolução CVM 160/22 e do suplemento; e
- ✓ Autorização para que a administradora e a gestora pratiquem todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas.

Em 16 de junho de 2025, por meio da assembleia geral de cotistas, foi aprovado os seguintes assuntos:

- ✓ A conversão de Cotas da Subclasse Subordinada Júnior, em cotas da Subclasse Mezanino III;
- ✓ autorização para que a Administradora e a Gestora pratiquem todos os atos necessários à implementação da deliberação aprovada

Em 25 de dezembro de 2025, por meio da consulta formal aos cotistas, foi aprovado os seguintes assuntos:

- ✓ A transformação do condomínio do Fundo para aberto;
- ✓ a remoção da definição de "Fee de Capitação", da parte geral do Regulamento do Fundo;
- ✓ a inclusão da definição de "Taxa de Performance", nas definições da parte geral do Regulamento do Fundo, de modo que conste o seguinte: "Taxa de Performance": Taxa devida à Gestora, conforme prevista no regulamento e seu anexo;
- ✓ a inclusão da definição de "Taxa Máxima de Distribuição", nas Definições da parte geral do Regulamento do Fundo, de modo que conste o seguinte: "Taxa Máxima de Distribuição": Taxa devida em razão da distribuição das cotas do Fundo, conforme prevista no regulamento e seu Anexo;
- ✓ a resilição contratual da prestadora de serviços de Consultoria Especializa Concreta Consultoria e Gestão de Negócios S.A., em todos os seus termos;
- ✓ a resilição contratual da prestadora de serviços de Consultoria Especializa BEMK Cobrança e Gestão Ltda., em todos os seus termos;
- ✓ a alteração da taxa de remuneração paga à Gestora, conforme previsto no artigo 14, caput do anexo descritivo da Classe, no regulamento do Fundo, devendo constar a redação: "Artigo 14. A Taxa de Gestão da Classe, a ser paga à Gestora pelos serviços prestados à Classe, corresponde ao valor fixo mensal de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) e, sendo o caso de contratação de empresa para realizar a cogestão, esta receberá corresponde ao percentual anual de 0,20% a ser calculado sobre o valor total do patrimônio líquido da Classe, observado, ainda, o valor mínimo de R$ 10.000,00 (dez mil reais)";
- ✓ A inclusão do artigo "09-A", de modo a incluir a gestora e demais prestadores a serem eventualmente contratados como distribuidores do Fundo;
- ✓ a alteração parcial e consolidação do regulamento do Fundo; e
- ✓ Autorização para que a administradora e a gestora pratiquem todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas.

Em 09 de janeiro de 2026, por meio de ato do administrador, foi aprovado os seguintes assuntos:

- ✓ retificar parcialmente o artigo 14, do anexo descritivo do Fundo, no regulamento de Fundo, em razão da ausência de indicação expressa de que a taxa de gestão devida à Gestora também engloba a prestação dos serviços de consultoria por ela realizada, motivo pelo qual o referido artigo deve ser parcialmente retificado; e
- ✓ ratificar todas as demais informações constates no regulamento supracitado.

18 Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que requeressem divulgação nas demonstrações financeiras.

19 Diretor e contador

David Rosset	**Igor de Carvalho Pimenta Fernandes**
Diretor	Contador CRC RJ – 124459/O

****